

**TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO
GONÇALVES - BALSAS - SPE S.A.**

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
Com o relatório do auditor independente

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras...	03
Balanços patrimoniais.....	06
Demonstrações dos resultados	07
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	08
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	09
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11



Relatório do Auditor Independente

Administradores e Acionistas da

Transmissora de Energia Ribeiro Gonçalves – Balsas - SPE S.A.

São Paulo – SP

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora de Energia Ribeiro Gonçalves – Balsas - SPE S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase de Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para o assunto descrito na nota explicativa nº 13, o qual informa que durante o exercício de 2023 foi iniciado processo de caducidade do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 027/2018 – ANEEL. Ao final do processo a Sociedade encerrará suas operações devido a perda da concessão. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto pois, até o momento, não é possível determinar as perdas financeiras que ocorrerão em relação aos investimentos realizados e eventuais penalidades ainda não aplicadas pela ANEEL. Tais impactos serão passíveis de determinar apenas ao final do processo.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2024.

LCC AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP029650/O-4

Marcello Lopes dos Santos
CRC N° 1SP188429/O-2

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

(Em milhares de reais – R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo			
Ativo não circulante			
Ativo de concessão	4	7.966	6.997
		7.966	6.997
Total do ativo		7.966	6.997
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores		28	239
Obrigações tributárias		1	-
Outras obrigações		3	-
		32	239
Não circulante			
Impostos e contribuições diferidos	5	481	406
		481	406
Patrimônio líquido			
Capital social	6	5.187	4.970
Reservas de Lucros		2.266	1.382
		7.453	6.352
Total do passivo e patrimônio líquido		7.966	6.997

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro

(Em milhares de reais – R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional líquida	7	925	676
Custo dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	8	173	(187)
Lucro bruto		<u>1.098</u>	<u>489</u>
(-) Despesas / receitas operacionais	9	<u>(182)</u>	<u>(141)</u>
Gerais e administrativas		(182)	(141)
Resultado operacional		<u>916</u>	<u>348</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(2)</u>	<u>(3)</u>
Receitas Financeiras		-	
Despesas financeiras		<u>(2)</u>	<u>(3)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		<u>914</u>	<u>345</u>
IRPJ e CSLL diferido	6	<u>(30)</u>	<u>(15)</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		<u><u>884</u></u>	<u><u>330</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro

(Em milhares de reais – R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	884	330
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>884</u>	<u>330</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais – R\$)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 2021	4.273	44	1.008	-	5.325
Aumento de capital	697	-	-	-	697
Lucro do exercício	-	-	-	330	330
Destinação do lucro acumulado					
Reserva legal	-	24	-	(24)	-
Reserva de lucro a realizar	-	-	306	(306)	-
Saldos em 2022	4.970	68	1.314	-	6.352
Aumento de capital	217	-	-	-	217
Lucro do exercício	-	-	-	884	884
Destinação do lucro acumulado					
Reserva legal	-	44	-	(44)	-
Reserva de lucro a realizar	-	-	840	(840)	-
Saldos em 2023	5.187	112	2.154	-	7.453

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro

(Em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	884	330
Atualização do ativo contratual	(751)	(519)
Margem de construção do ativo contratual	(392)	4
Baixas do ativo contratual	234	-
PIS e COFINS correntes e diferidos	45	26
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	30	16
	50	(143)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(210)	(95)
Obrigações tributárias	1	(1)
Outras obrigações	3	(272)
	(206)	(368)
Caixa líquido originado das atividades operacionais	(156)	(511)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo contratual da concessão	(60)	(187)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(60)	(187)
Atividades de financiamentos		
Aumento (redução) de capital	217	697
Caixa aplicado em atividades de financiamento	217	697
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	(1)
Caixa e equivalentes no início do exercício	-	1
Caixa e equivalentes no fim do exercício	-	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Transmissora de Energia Ribeiro Gonçalves Balsas SPE S.A. “Ribalsas” é uma Sociedade de capital fechado, cujo objeto social único e exclusivo é a prestação de serviços públicos de transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Sociedade encontra-se em fase pré-operacional, tem prazo de duração determinado, perdurando, desta forma, até a consecução de seu objeto social e pelo prazo necessário para o cumprimento integral das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão Administrativa, celebrado com a União por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Efeitos COVID-19

Desde o início da crise decorrente da pandemia do COVID-19, a Companhia vem adotando série de medidas com vistas a preservação de seus colaboradores, bem como minimizar quaisquer impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. Dentre as ações aplicadas estão:

Na parte Corporativa:

- Criação de Comitê de Crise com a presença dos Diretores e Gerentes;
- Criação do Comitê de Gestão de Fornecedores, para garantir a continuidade da operação e andamento das obras;
- Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores e seus parentes sobre o novo Coronavírus;
- Adoção de home office (exceto para operação e manutenção – plano contingencial)
- Cancelamento de viagens (exceto projetos em construção e atividades operacionais) e substituição por videoconferências;
- Cancelamento de participação em eventos;

Na parte financeira:

- Todas as captações para financiar a construção da linha de transmissão foram realizadas antes do início da crise;
- Considerando o contexto atual dos mercados de capitais mundiais, em especial, o mercado de capitais brasileiro, concluímos as captações durante o exercício, com o objetivo de concluir a construção, reforçar a posição de caixa da Companhia e amortizar das dívidas que vencem no curto e médio prazo.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Na parte dos projetos em construções:

- Recebimento de notificações de empresas terceirizadas relatando dificuldades em manter ritmo de trabalho nas obras;
- Utilização dos Decretos Federais 10.282/20 e 10.292/20 – vedam a restrição de circulação de trabalhadores que possa afetar serviços públicos essenciais para realização das obras.

1.1. Da concessão

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato N°	27/2018
Prazo (anos)	30 anos
Vencimento	2048
Revisão tarifa periódica – (prazo)	5 anos
Revisão tarifa periódica – (próxima)	2026
Índice de correção	IPCA
Receita anual permitida (RAP)	
R\$ mil	7.840
Mês base	07/2023

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 27/2018 - ANEEL, datado de 20 de setembro de 2018, celebrado com a União, por intermédio da ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica decorrente do Edital do Leilão N° 27/2018 ANEEL, processo N°48500.006438/2017 e de seus eventuais aditamentos e/ou prorrogações, outorgou à Sociedade, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na instalação de transmissão no estado de São Paulo, composta pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Ribeiro Gonçalves-Balsas, de 230 kV, circuito simples, com origem na Subestação Ribeiro Gonçalves e término na Subestação Balsas, com 95 km de extensão, composto por conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, em cumprimento ao Contrato de Concessão.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A “Ribalsas” não disponibilizou as instalações de transmissão para início das operações em 21 de janeiro 2023, conforme previsto no Contrato de Concessão já adicionado 4 meses de postergação no prazo regulatório conforme resolução autorizativa de nº 8926 de 02 de junho de 2020, o investimento total previsto é de R\$ 59.853 A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$5.800 (valor original) ao ano na data do leilão, com recebimento em cotas mensais.

1.2. Licenças ambientais (Informações não auditadas)

O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, por meio de seu escritório regional de São Luis no Estado de Maranhão.

A Linha de transmissão RIBALSAS possui vigente a sua Licença de Instalação (LI) de nº 1399/2021 com vencimento em 05 de outubro de 2025.

1.3 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A transmissão de energia elétrica pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão.

De acordo com o contrato de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Apresentação das informações contábeis e base de elaboração das informações contábeis

As informações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2024.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia segue também as orientações descritas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e as normas definidas pela ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Administração entende que todas as informações relevantes estão evidenciadas nas demonstrações financeiras, e correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

A elaboração das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor justo de itens relacionados a combinações de negócios, valor recuperável de impostos a recuperar, vida útil do ativo imobilizado, provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, benefícios de aposentadoria, mensuração a valor justo de instrumento financeiro e valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e as premissas contábeis utilizadas no mínimo trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a revisão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Sociedade e suas controladas.

A Sociedade segue também as orientações descritas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e as normas definidas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A administração declara que revisou, discutiu e concorda com estas demonstrações financeiras, autorizando sua conclusão em 26 de fevereiro de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

2.5. Instrumentos financeiros

Conforme o IFRS 9 / CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Sociedade são substancialmente representados por aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do Caixa e equivalentes de Caixa e equivalentes de caixa e Ativo contratual da concessão (Nota 1) ambos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Sociedade estão substancialmente representados por Fornecedores, Outras Contas a Pagar e Impostos e contribuições diferidos (Nota 2), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

2.6. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Sociedade revisa suas estimativas anualmente.

3. Principais práticas contábeis**3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2 Ativos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária atua como prestador de serviço. A Concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

Ativo de Concessão – contratual - O ativo contratual origina-se da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. À medida que a Sociedade opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contra prestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. Este fluxo de recebimentos é atualizado pela taxa ou índice que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Sociedade não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor provável de recuperação dos ativos.

3.4 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

3.5 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.7 Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias, devido às imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Sociedade revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.8 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

A Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 08%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigidos, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.

3.11 Ajuste de valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das informações contábeis a Sociedade não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.12 Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receita de transmissão de Energia Elétrica (receita de atualização do ativo contratual e de construção)

- **Receita de infraestrutura**

No período pré-operacional, a receita é referente aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita Anual Permitida prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

- **Remuneração dos ativos de concessão**

São registradas as receitas de remuneração dos ativos da concessão referente aos juros reconhecidos com base na taxa de retorno sobre o montante a receber da receita de infraestrutura. A taxa ou índice busca precificar o componente

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

- **Receita de operação e manutenção**

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção. A receita consiste na remuneração pela Operação e Manutenção visando a não interrupção da disponibilidade das instalações.

3.13 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme segue:

- **Alteração da norma IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Em maio de 2021, o IASB divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.;
- **Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações no IAS 1 (norma correlata ao CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

- **Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.
- **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

A adoção dessas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2023).

4 Ativo de concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da Sociedade é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Saldos iniciais	6.997	6.295
Adições (Custo de Construção)	60	187
Adições (Receita de Operação e Manutenção)	-	-
Baixa	(234)	-
Juros e atualização financeira	751	519
Margem de construção	392	(4)
Recebimentos através de RAP	-	-
	7.966	6.997
WACC	0,65%	0,65%
Margem de operação	24,84%	-10,79%
Circulante	-	-
Não Circulante	7.966	6.997
	7.966	6.997

O cálculo do ativo da concessão foi feito com base em análises que envolviam o julgamento no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, das práticas adotadas em Normas Internacionais-IFRS, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura como ativo contratual. Para compor esse cenário, abaixo descrevemos as premissas adotadas:

- Taxa ou índice de atualização do Ativo Contratual baseado no WACC conforme valores mencionados no Contrato de Concessão e informações referente ao Custo do Capital calculados no BID do Investimento, estimada pela Sociedade por meio de componentes internos e externos de mercado, e é utilizada para remunerar o ativo contratual durante o período de construção.
- Margem de construção calculada com base em projeções financeiras referente aos custos de Capex, Opex e RAP; Após a entrada em operação comercial, a taxa ou índice será revisado de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção e com base também na RAP e no custo de operação e manutenção.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

5 Tributos diferidos

	2023	2022
Pis diferido (a)	52	44
Cofins diferido (a)	239	202
Imposto de renda – IRPJ diferido (b)	104	87
Contribuição social – CSLL diferido (b)	86	73
	481	406

(a) Os saldos de PIS e COFINS diferidos são relativos às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurados sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, através da RAP – Receita Anual Permitida.

(b) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1)) e adoção do CPC 47, bem como da Instrução Normativa 1753/17 reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, através da RAP – Receita Anual Permitida.

A Sociedade adotou o regime de lucro presumido. E para cômputo do imposto de renda e contribuição social diferidos, a Sociedade adotou as alíquotas de presunção, tendo em vista que estas mesmas alíquotas serão base para tributação dos lucros futuros.

6 Patrimônio líquido**Capital social:**

Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e integralizado está representado por 5.187 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	2023		
	Quantidade de ações	R\$	% do capital social
F3C Empreendimentos e Participações S.A.	5.186	5.186	99,98%
Arcanjo Gonzalez	1	1	0,02%
	5.187	5.187	100,00%

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado era assim representado:

	2022		
	Quantidade de ações	R\$	% do capital social
F3C Empreendimentos e Participações S.A.	4.969	4.969	99,98%
Arcanjo Gonzalez	1	1	0,02%
	4.970	4.970	100,00%

Reserva de lucros a realizar

Com base na Lei 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos.

7 Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita de construção	219	183
Receita de atualização do ativo contratual	751	519
Receita Bruta	970	702
(-) PIS Diferido	(8)	(5)
(-) COFINS Diferido	(37)	(21)
Deduções da Receita	(45)	(26)
	925	676

8 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	2023			2022		
	Custo	Despesa	Total	Custo	Despesa	Total
Custo de construção	173	-	173	(187)	-	(187)
Serviços de terceiros	-	(182)	(182)	-	(141)	(141)
	173	(182)	(9)	(187)	(141)	(328)

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

9 IRPJ e CSLL

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas	970	702
Alíquota IRPJ Presumido	<u>8%</u>	<u>8%</u>
Base de Cálculo IRPJ	<u>78</u>	<u>56</u>
IRPJ e Adicional	<u>17</u>	<u>7</u>
Alíquota CSLL	12%	12%
Base de Cálculo CSLL	<u>116</u>	<u>84</u>
CSLL	<u>13</u>	<u>8</u>
Total de IRPJ e CSLL Diferido	<u>30</u>	<u>15</u>

10 Contingência

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia não possuía nenhuma ação contra ela.

11 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco a que a Sociedade está exposta refletem aspectos estratégico, operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, demanda, concorrência e mudanças relevantes no mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade.

Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizadas pela Sociedade. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta Administração que atua ativamente na gestão operacional da Sociedade.

A Sociedade possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom e pleno andamento dos negócios.

Compete a Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de juros;
- Risco de crédito; e
- Risco operacional.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme tabelas abaixo:

Ativos:

Descrição	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Ativo contratual da concessão	7.966	6.997
Total	7.966	6.997

Passivos:

Descrição	2023	2022
Fornecedores	28	239
Outras contas a pagar	3	-
Impostos e contribuições diferidas	481	406
Total	511	645

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas nas tabelas acima.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Sociedade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de estagnação econômica, perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, oscilação das taxas de juros e preços dos produtos.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A Sociedade adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Sociedade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes recorrentes e por instrumentos financeiros. A Sociedade está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Risco de liquidez

É o risco em que a Sociedade possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração da Sociedade busca uma gestão prudente do risco trabalhando para manter caixa compatível com as necessidades de desembolso, alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados, em consonância com o plano de negócios da Sociedade.

Risco de taxas de juros

Decorre de a possibilidade da Sociedade incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas lastreados, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo:

Sensibilidade a taxas de juros

As operações da Sociedade são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI, sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Sociedade.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

12 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro Garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 a apólice com período vigente para esta Companhia:

Descrição da Garantia	Pottencial Seguradora S/A
Seguradora:	nº
Apólice:	0306920189907750236159000
Tipo:	Seguro Garantia
Valor segurado:	R\$ 3.000.950,00
Valor do prêmio:	R\$ 244.737,00
Período de vigência:	01/09/2018 a 18/06/2024

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

13 Descontinuidade Operacional

No exercício de 2023 foi iniciado o processo de caducidade do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 027/2018-ANEEL, cuja declaração da caducidade foi determinada pelo Ministério de Minas e Energia – MME pela Portaria nº 766/GM/MME, publicada em 26/01/2024. A companhia aguarda a conclusão desse processo que trata de eventuais outras penalidades, ainda não aplicadas e em trâmite na ANEEL em fase inicial, bem como a relicitação do trecho para reaver os valores investidos no projeto, o que ocorrerá no Leilão de Transmissão nº 01/2024-ANEEL.

14 Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram outros fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.
